



**EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E COOPERATIVISMO:  
UM ELO IMPORTANTÍSSIMO PARA AS MIGRAÇÕES**

**INTERCULTURAL EDUCATION AND COOPERATIVISM:  
A VERY IMPORTANT LINK FOR MIGRATION**

Elaine Cristina Cardoso Freitas\*

**RESUMO**

O presente artigo busca através de leituras e análises, abordar sobre a educação intercultural em contexto territorial de fronteira. A ideia desta análise surgiu com o interesse de pesquisa para o desenvolvimento de dissertação de mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, ofertado pela Unila em Foz do Iguaçu no Paraná, e foi reforçada pela disciplina de Cooperativismo, onde percebeu-se a importância de se pensar sobre a questão cooperativista aliada a educação em territórios de fronteira. A intenção principal é de apresentar a relevância dos estudos relacionados à educação, cultura e ao território de fronteira aliados ao cooperativismo, a fim de relacionar as dificuldades existentes no espaço fronteiriço em relação a população oriunda do Paraguai e da Argentina, a falta de assistência do Estado e o quanto as ideias cooperativistas poderiam minimizar alguns problemas sociais, como por exemplo, o desemprego e a fome.

**Palavras-chave:** Educação; territorialidades; fronteira; cooperativismo.

**ABSTRACT**

This article searches through readings and analyzes, to approach on intercultural education in border territorial context. The idea of this analysis arose with the interest of research for the development of a master's thesis in Public Policies and Development, offered by Unila in Foz do Iguaçu in Parana, and was reinforced by the Cooperativism discipline, where it was perceived the importance of thinking on the cooperative issue allied to education in border territories. The main intention is to present the relevance of studies related to education, culture and border territory allied to cooperativism, in order to relate the difficulties in the frontier area in relation to the population from Paraguay and Argentina, the lack of assistance from the State and how cooperative ideas could minimize some social problems, such as unemployment and hunger.

**Keywords:** Education; territorialities; frontier; cooperativism.

---

\* Graduada em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e Normal Superior pela Faculdade União das Américas, Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino - UTFPR, Mídias Integradas na Educação - UFPR e Informática Instrumental Aplicada à Educação - UTFPR. Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela UNILA. Atualmente é Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. E-mail: elaine.freitas@unila.edu.br.



## INTRODUÇÃO

A discussão sobre as fronteiras nos leva a pensar sobre a formação dos Estados nacionais, a noção de soberania nacional e também o sentido da própria fronteira, que significa muito mais que um mero marco de separação entre países diferentes, mas que age no interior das pessoas como um elemento que atua em polos opostos: ao mesmo tempo em que separa, une povos, pessoas e culturas distintas. Assim, cada área de fronteira apresenta uma realidade marcada pela heterogeneidade, repleta de diversidade cultural principalmente em função do contato entre povos de nacionalidades e culturas distintas. “[...] uma fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social de riqueza considerável pelas conotações religiosas nele implícitas”. (RAFFESTIN, 2005, p. 10).

Segundo o Ministério da Educação, o elemento geográfico que melhor diferencia a fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas, pois oferece enorme potencial de integração na economia e na cultura. Assim, relações estabelecidas nesses encontros, trocas, intercâmbio de línguas, de diversas culturas, pensamentos, contribuem para a formação de uma identidade diferenciada, e essa identidade precisa ser respeitada.

Sobre a questão de território, para Antas JR (2002), a regulação social e territorial é exercida pelas instâncias que detêm poder de fato e não apenas um poder declarado. Está ligado a regulação do território nacional que atravessa hoje uma transição para uma evidente divisão entre poderes: de um lado o poder monolítico e extensivo da hegemonia soberana, de outro, o poder fragmentado, especializado por setores econômicos (não necessariamente produtivos), formado por redes técnicas e organizacionais - a hegemonia corporativa.

Segundo o Antas JR (2002), o que determina se um país é de fato desenvolvido não pode ter somente relação com as questões econômicas, mas principalmente relaciona-se com a qualidade de vida da população que habita o território nacional, e nesse caso, entende-se também a qualidade da educação, abrangendo tanto brasileiros natos, quanto às questões que envolve fluxos migratórios, aproximando da intenção da pesquisa.

Assim, o território passa a ser um ponto de convergência, na visão do “novo” desenvolvimento, que dá importância ao território não para dividir, mas para agregar valor, não para excluir, mas para unir, formar alianças, não somente acordos financeiros, capitais, mas acordos que envolvem a melhoria da qualidade de vida das pessoas que migram em regiões de fronteira entre países.

Este artigo, mesmo que de maneira breve, busca explicar sobre as territorialidades enfatizando os elementos mais importantes que envolve os modos de viver, bem como as dificuldades enfrentadas ao migrar do país de origem para outro território, onde além do choque cultural, muitas vezes, lidam com as questões de pobreza e os atores envolvidos nessa realidade de migração, nos levando a



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

compreender um pouco mais sobre essa dinâmica das migrações na tríplice fronteira e como a ideia do cooperativismo poderia colaborar para a dinâmica dos processos que visam minimizar problemas como o desemprego, a fome, etc.

Trata-se de uma inquietação que surgiu em minha trajetória como professora de séries iniciais em escola pública municipal de Foz do Iguaçu e as relações existentes entre a qualidade do ensino que a escola pública brasileira oferta e o interesse dos gestores públicos, através de políticas coerentes, que atendam os alunos provenientes dos países que fazem fronteira com o Brasil e suas famílias, desde o acolhimento social relacionando dificuldades encontradas por esses “estrangeiros” que atravessam a fronteira, até os reflexos educativos que o imigrante enfrenta.

A educação em seu momento atual precisa tomar desafios e promover transformações profundas em conformidade com as necessidades das gerações presentes e futuras. Uma nova educação para as gerações do século XXI, que se desenvolve a partir da mão das necessidades dos seus atores e o contexto no qual ele está imerso. Tudo isso traz à luz do cooperativismo, bem como as doutrinas cooperativistas e todos os textos indicados, lidos e discutidos ao longo das aulas da disciplina de Cooperativismo e Desenvolvimento.

Com isso, a intenção é de apresentar a relevância das políticas públicas para a educação intercultural adotadas em escolas da rede pública de ensino numa área fronteira, para a valorização da identidade linguística e cultural do lugar de onde vieram, que vá além das questões de territórios físicos. E, assim, considerar o ambiente escolar como um valioso instrumento de interação entre as culturas, de respeito à diversidade cultural e mais que isso, um espaço de quebra de paradigmas quanto às questões de territorialidades, questões políticas que normalmente regem as Políticas Públicas e os governos e aliar educação ao cooperativismo como algo integrador.

A partir das leituras e discussões desenvolvidas ao longo da disciplina de Cooperativismo, buscou-se analisar a relevância dessa temática, pensando sobre as ações desenvolvidas pelo poder público no território das políticas públicas para a educação Intercultural e como isso reflete nas escolas da rede pública de ensino numa área fronteira, em Foz do Iguaçu.

## **DESIGUALDADE SOCIAL**

A desigualdade social é um dos principais desafios do mundo atual e sua concepção perpassa por várias esferas da composição das sociedades. O estado de desigualdade diferencia as pessoas nas condições de acesso a novas oportunidades, são produtos da condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais.

É um fenômeno que acaba por diferenciar as pessoas no contexto de uma mesma sociedade, colocando alguns indivíduos em condições estruturalmente mais



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

vantajosas do que outros. Essa desigualdade pode aparecer em diversos aspectos, como cultura, política, espaço geográfico, entre outros, mas é no plano econômico que a percebemos de maneira mais agressiva, já que boa parte da população não dispõe de renda suficiente para ter as mínimas condições de viver com saúde, educação, lazer, cultura, habitação, entre outras necessidades fundamentais para o desenvolvimento humano.

São muitos os dados e estudos que apontam a desigualdade social e econômica crescendo em todo o mundo, exemplo disso pode ser percebido no PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) quando revelam que 1% dos mais ricos detêm 40% dos bens globais. Demonstra também que as 85 pessoas mais ricas do mundo possuem uma renda equivalente às 3,5 bilhões de pessoas mais pobres.

Nesse cenário que gera inúmeros excluídos e miseráveis em todo o mundo, torna-se necessário fazermos questionamentos como “o que causa a desigualdade social?”.

O filósofo Jean-Jacques Rousseau, em 1755 com a obra “Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens”, afirmava que a desigualdade é um fenômeno que tende a sempre se intensificar no contexto social. Os pobres possuem um menor acesso à educação e informação, o que prejudica na busca de recursos para melhorar as condições de vida, enquanto os mais ricos possuem um maior nível estrutural para investirem e multiplicarem sua renda e os benefícios que dela resultam. Para ele, o que causa a desigualdade é a divisão social do trabalho, com a criação da propriedade e dos bens particulares e não distribuíveis.

Já para Marx (1890), em O Capital, enxergava a sociedade a partir da luta de classes e via a desigualdade manifestada a partir dos desequilíbrios entre a burguesia e os trabalhadores, já que a burguesia tinha o poder sobre os meios de produção, e por consequência sobre os bens e lucros, seria a lógica da Mais-valia, que concentrava a renda e marginalizava os cidadãos, bem como contribuía para o aumento do número de desempregados numa sociedade onde surgia o capitalismo, que entre tantos males, trazia a disputa entre os próprios trabalhadores por um campo de trabalho e geraria cada vez mais individualismo e busca pelo poder e pelo capital, acima de tudo e de todos, mesmo que para isso uns tivessem que prejudicar outros.

Assim, a desigualdade social está ligada ao modo de produção capitalista que não é justo, é ao contrário, muito desigual. Mesmo o indivíduo sendo livre para fazer suas escolhas, as condições sociais são influenciadas pelas condições econômicas e analisando por essa perspectiva, as determinações sociais são muito influenciadas pelas determinações econômicas. Estando o capital econômico concentrado nas mãos e poucos ‘aqueles que detêm os meios de produção’, esse certamente é o princípio das causas que estabelecem o processo de desigualdade social.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Max Weber (1918), por sua vez, em sua obra *Classe, Estamento e Partido*, observou essa questão da desigualdade social a partir das estratificações sociais. As três grandes estratificações ocorrem no campo da economia, do status e do poder, proporcionando uma diferenciação no acesso à renda, ao prestígio e ao controle social, que ocorre por meio da diferenciação entre habilidades, qualificações e interesses.

Assim, a desigualdade social, seja ela intelectual, econômica ou qualquer outra, está presente no espaço social e é visível na maioria das sociedades, porém com o capitalismo, foi intensificada e se torna cada vez mais gritante. O espaço social é revelador das desigualdades sociais.

Muitas sociedades são conhecidas pela forma no qual a desigualdade aparece, ao abordar sobre desigualdade e pobreza mundial, geralmente aparece em destaque muitos países africanos, entre outros países e regiões periféricas conhecidas a nível mundial. Porém, a miséria, a desigualdade e a pobreza está espalhada por todo o mundo, inclusive nas periferias de grandes cidades e metrópoles mundiais, mostrando que desigualdade e pobreza andam juntas e quanto menor for a distribuição de renda, maior podem ser os reflexos de pobreza de um povo.

Sobre a pobreza, partindo da definição de Amartya Sen (1992), de que a “capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela”, pode-se entender como a incapacidade de uma pessoa, família ou grupo social alcançar o bem-estar devido à falta de meios econômicos e à impossibilidade de converter rendimentos e recursos escassos em capacidade de funcionar.

Com a ideia de globalização dos sistemas econômicos nacionais e regionais, a pobreza abrange muito mais pessoas do que aquelas que são classificadas como pobres, isso se analisarmos no ponto de vista de renda e condições econômicas, pois a falta de condições para viver uma vida mais longa, o não acesso às facilidades de educação e de saúde, a questão da desnutrição, o não acesso ao saneamento básico e meio ambiente saudável, a falta de cultura e lazer, fazem parte do que pode ser definido como “pobreza”.

A pobreza nessa perspectiva torna-se, muitas vezes, num círculo vicioso, potencializando as desigualdades, já que uma família sem trabalho, sem acesso à educação e saúde de maneira adequada e frequente, sem perspectiva de futuro, acabam por gerar e reproduzir nos filhos os mesmos problemas, o que resulta nas chamadas bolsas de pobreza que por diversas razões anteriormente citadas e muitas outras, não conseguem alcançar o bem-estar e progresso social para se viver bem consigo mesmo e em sociedade.

Como diz Sonia Leguizamón em seu Artigo “La Nueva Economía Política De La Pobreza: Diagnóstico y Asistencia”:

En un mundo cada vez más desigual, polarizado y donde la condición de ciudadanía se restringe a unos pocos, la respuesta neoliberal es neutralizar





**Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local**

el conflicto social y lograr la gobernabilidad. Así, los pobres se vuelven culpables de su propia situación empujándolos a la autogestión de la creciente pobreza. (LEGUIZAMÓN, 2005).

Para o Banco Mundial (1990), pobreza é privação de rendimento ou, noutra abordagem, “a incapacidade de atingir um nível de vida mínimo”. Numa outra passagem do Relatório, o Banco reconhece que tem havido uma evolução histórica no conceito de pobreza, acrescentando “os critérios que definem se alguém é pobre ou não tendem a refletir prioridades nacionais específicas e conceitos normativos de bem-estar e de direitos” (Banco Mundial, 1990)

Ainda segundo o Banco Mundial (1990), é simples dizer quem são e onde se encontram os pobres: são todos aqueles que “lutam para sobreviver ganhando menos de US\$ 370 por ano”, e encontram-se principalmente nos países em desenvolvimento.

Com base nas leituras realizadas, os pobres, em sua maioria apresentam características bem comuns em qualquer sociedade, considerando principalmente que:

- Habitam o Hemisfério Sul do nosso planeta, concentrando-se em áreas regionais com recursos naturais relativamente mais escassos;
- Vivem nas áreas rurais, mais remotas, embora a recente explosão de urbanização e o êxodo rural para as periferias das grandes cidades, tenha originado ou ampliado o aparecimento de enormes bolsas de pobreza urbana e peri-urbana;
- São desempregados;
- Constituem a base da pirâmide salarial (quando empregados);
- Encontram-se no sector informal;
- São crianças;
- São mulheres;
- Pertencem a minorias étnicas;
- Não são brancos.

Sobre os estudos direcionados à pobreza, seja com análise quantitativa, qualitativa, em escalas econômicas, psicológicas, política, social, educacional, entre outros, é preciso pensar o quanto é imprescindível discutir e pesquisar sobre a pobreza a nível micro e macro, buscando através das políticas públicas, sejam elas emergenciais ou estruturais, minimizar os problemas sociais relacionados às situações de pobreza: fome, falta de moradia, dificuldades de acesso à educação, saneamento básico, e tantas outras mazelas que afetam grande parte da população mundial.

Amartya Sen (2000) considera que estas medições são insuficientes, não apenas para quantificar, mas também para fornecer as informações necessárias à concepção de uma estratégia adequada de combate à pobreza. A combinação destes dois índices continua a ser considerada insuficiente por Sen, por não permitir



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

uma adequada base de informação para medir a pobreza, uma vez que nenhum deles permite conhecer a variação de rendimentos entre os pobres.

Sendo pobreza um fenômeno intrinsecamente multidimensional, referente não apenas a privações de necessidades materiais de bem-estar, mas também à falta de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente.

Para mensurar a pobreza, uma das alternativas utilizadas é a construção de índices escalares para a análise da natureza, do perfil e da evolução da pobreza. É preciso definir quais dimensões são as mais relevantes e quais devem ser os indicadores utilizados para representar cada uma. Destaca-se aqui a importância da cultura nas sociedades, visto que aquilo que é essencial para um povo, pode não ser tão importante para outros. Mas há pontos que são comuns a todos.

Ao pensar em quantificar ou qualificar a pobreza, é importante delimitar alguns temas como saúde, educação, segurança e renda e identificar qual julgam superior pode se um ponto de partida para definir os índices escalares.

Segundo Barros, Carvalho e Franco (2006), para medir o grau de pobreza, utiliza-se os dois Índices de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2) que servem de base para o Relatório de Desenvolvimento Humano. Os IPHs incluem indicadores como a análise da curta duração da vida (em cada país, a questão da longevidade); a falta de educação elementar (o analfabetismo); a falta de acesso aos recursos públicos e privados (serviço de saúde, água potável e nutrição razoável).

É importante pensar questões relacionadas à vulnerabilidade social, o acesso ao trabalho, o desenvolvimento infantil e os diferentes fatores que envolvem essas questões.

A pobreza pode ter um sentido relativo, quando se compara, por exemplo, os padrões de vida de indivíduos de uma mesma sociedade ou de sociedades diferentes. Por esta abordagem, haveria pobreza em toda e qualquer sociedade – e sociedades mais pobres do que outras.

De um ponto de vista absoluto, a pobreza existe quando falta a uma pessoa necessidades básicas para sua sobrevivência. Nessa linha, existe a possibilidade de se considerar, por exemplo, que um determinado país não tenha pobreza se, por acaso, seus habitantes tenham satisfeitas todas suas necessidades básicas.

Partir da visão de pobreza como o núcleo central para compreender a legitimidade dos sistemas econômicos, políticos e sociais, contribui para que pensemos em políticas públicas específicas que pensem nos que estão “em vulnerabilidade social”, das minorias sociais. Assim, a pobreza contemporânea é multidimensional, cumulativa e transmissível. Já que se alastra de maneira descontrolada, é um problema de grande porte de dificuldade e não faz parte da área de interesse máximo dos governos, visto que tratar as mazelas da pobreza não “gera lucros diretos”.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*  
**AS REGIÕES DE FRONTEIRA E O TERRITÓRIO**

As questões que envolvem pobreza e desigualdade social são variadas e ocorrem em diferentes sociedades. Mesmo que dependendo da cultura os fatores utilizados para mensurar a pobreza sejam distintos.

Ao pesquisarmos sobre territorialidades, buscando compreender os fatores que identificam um território e suas peculiaridades, torna-se possível compreender um pouco mais sobre os fatores que envolvem a pobreza de um lugar. Assim, nesse tópico será abordado sobre a pobreza em regiões de fronteira, com destaque para as fronteiras da latino-americanas devido ao interesse de pesquisa nessa parte do continente.

A perspectiva tradicional de fronteira, a compreende a partir da delimitação ou demarcação do solo, território e apropriação desse espaço pelo homem. A visão crítica que concebe a fronteira fundada numa visão de território como espaço social construído, sendo que dentro de minhas preferências de pesquisa, sempre opto pela visão crítica, dado que os limites que definem as fronteiras vão sempre muito além do espaço físico.

Entre as principais discussões sobre o espaço fronteiriço há que se destacar sobre a importância e o papel do Estado nas relações entre os limites, fronteiras e territórios, bem como a identidade socioespacial.

O espaço fronteiriço não pode ser entendido apenas e tão somente como um limite, pois é antes disso um espaço de integração das mais diversas formas. Muitos dos problemas sociais que ocorrem em municípios de fronteira são particulares dessas regiões devido aos choques culturais, políticos, jurídicos, entre outros que são raros em outros espaços. É preciso pensar a fronteira como um território associado ao local, em que se reconhecem as práticas vivenciadas pelos povos que dele fazem parte e se respeita as individualidades de cada cultura e ao mesmo tempo busca integrá-los. Sobre isso, Oliveira (2005), diz que:

Essa realidade típica de espaços de fronteira acaba por gerar desigualdades sociais e econômicas bastante específicas também. Essa concepção supera a noção de limite ou divisória internacional em favor da concepção de área ou região de fronteira, impondo a distinção entre faixa e zona de fronteira. A faixa de fronteira associa-se aos limites territoriais do poder do Estado, enquanto o conceito de zona de fronteira traduz um espaço de interação transitivo, com diferenças decorrentes da presença do limite internacional e “por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída são as cidades gêmeas” (OLIVEIRA, 2005).

Entende-se desta forma que as regiões de fronteiras nem começam e nem terminam com os limites territoriais entre os países. Mesmo que os indivíduos que vivem nos espaços fronteiriços pertencem legalmente a um país, devido ao fato de se viver tão próximo de outro, as situações que envolvem o trabalho, o comércio (na aquisição de bens de consumo), o lazer, a educação, a saúde, enfim, uma série de





*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

serviços que são oferecidos a população do país vizinho no município mais próximo, geralmente acaba sendo usufruído, ou ao menos se tenta usufruir, dos mesmos serviços públicos e/ou privados tudo isso é determinante nas relações estabelecidas.

O sentido de territorialidade, nesta concepção de fronteira, denota a mesma ótica expressa por Oliveira (2005), assumindo um caráter inclusivo, articulando velhos e novos espaços de forma espontânea ou seletiva, imbuída pelos processos sociais constituídos nesses espaços, contrapondo-se à visão topográfica burocrática. O território é também um dado simbólico, sendo mais que o simples conjunto de objetos mediante os quais sobrevivemos. “A territorialidade não provém do simples fato de morar em um lugar, mas da comunhão que com ele mantemos” (Oliveira, 2005). Mais do que isso, remete a “processos relacionados ao poder sobre o território e o uso social do espaço físico” (GRUPO RETIS, 2004).

A Constituição brasileira classifica como faixa de fronteira a área compreendida dentro de cento e cinquenta quilômetros perpendiculares à linha limite do território brasileiro. Em discussões mais recentes, o país adotou o conceito linha de fronteira, que serve para delimitação do território municipal que compõe a divisa nacional (GUIMARÃES, 2005).

O conceito de fronteira no Brasil segundo a Constituição Federal, ainda traz a perspectiva tradicional, baseada numa visão conservadora de território. Mas destaca-se que o Brasil possui 16.889 km de linha de fronteira, com dez países da América do Sul, abrangendo onze estados e 588 municípios. A população fronteiriça é estimada em 10 milhões de habitantes (BRASIL, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

Mesmo ocupando um espaço tão expressivo dentro do território brasileiro, as regiões de fronteira são pouco desenvolvidas economicamente, recebem menor atenção do que deveriam por parte do Estado, a grande maioria apresenta dificuldades de acesso a bens e serviços públicos, e ainda sofrem devido aos altos preços de bens de consumo devido à distâncias dos portos em algumas regiões, e às rodovias pedagiadas, como é o caso de Foz do Iguaçu, no Paraná, onde alguns produtos de necessidade básica chegam até a população com custos muito mais elevados do que no restante do Brasil.

Desta forma, o desenvolvimento das regiões fronteiriças passa a ser extremamente importante e precisa estar sempre nas principais discussões sobre a política nacional e internacional envolvendo o Brasil e América Latina.

Para tratar desses assuntos, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, manifestada no PPA 2004/2007, que auxilia politicamente no desenvolvimento das regiões fronteiriças, propondo políticas públicas para minimizar as desigualdades e os índices de pobreza nessas regiões, como a reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF, da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

A proposta é de que com a implementação desses programas, as regiões de fronteira passem a ter condições para promover o desenvolvimento sustentável através de ações do governo federal, em parceria com estados e municípios, pensando em questões que envolvam tanto a curto prazo, mas que também se mantenham com o tempo, movendo a economia, a saúde, a educação, e a estrutura física das cidades gêmeas, gerando desenvolvimento econômico e social.

A discussão sobre regiões de fronteira e os aspectos envolvendo o baixo desenvolvimento econômico e social nessas áreas ganhou destaque a partir de 2004, quando o Ministério da Integração Nacional (MI) discute propostas com uma visão ampliada da fronteira, de maneira a apreender todos os processos que abarcam a região, não esquecendo de olhar cuidadosamente a especificidade de cada faixa de fronteira. E uma das preocupações da proposta seria de criar diretrizes que englobam o Fortalecimento da Cidadania na Zona de Fronteira.

Sabemos que apesar de todas essas discussões e propostas pautadas pelo governo, as regiões fronteiriças atualmente sofrem das mesmas dificuldades, especialmente no que se relaciona a economia, saúde e educação. Muitos outros problemas sociais vão surgindo ao longo do tempo, como é o caso da constante necessidade de reformulação das políticas de segurança pública em regiões fronteiriças, especialmente no que se refere ao tráfico de drogas e armas. A população sofre cada vez mais com as questões que envolve a pobreza e a desigualdade social continua sendo gritante.

## **A TRÍPLICE FRONTEIRA, OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E AS TERRITORIALIDADES**

Assim como nas demais regiões de fronteira brasileira, a mobilidade humana na fronteira é bastante expressiva. Quando se trata de tríplice fronteira, como o é o caso de Foz do Iguaçu – Paraná, Puerto Iguazu – Argentina e Ciudad Del Este – Paraguai, esse trânsito constante não é diferente.

A tríplice fronteira é um espaço de permanência, mas que lida com a entrada e saída de pessoas. Mesmo com características incomuns como a proximidade de território, a colonização europeia, o capital nacional e internacional, a dependência econômica, as ditaduras militares, o agravamento da pobreza, entre outros, esses três municípios apresentam características sociais, culturais, religiosas, econômicas, muito distintas e isso acaba interferindo no processo migratório, o que pode ser visto como um aspecto positivo no âmbito social, mas que pode também acarretar alguns problemas devido às questões políticas e legais.

A exemplo disso, é interessante citar a questão do acesso a esses países, pois para entrar em Puerto Iguazu o processo de cadastramento e controle de visitantes e migrantes na Aduana Argentina é bastante rigoroso, mesmo para os moradores de Foz do Iguaçu. Já em Ciudad del Este, apesar da existência do posto aduaneiro, não há um controle rigoroso, as pessoas são paradas aleatoriamente



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

para controle de fiscalização apenas das compras realizadas no Paraguai e não no sentido de controle de entrada e saída do país vizinho. Este processo acaba facilitando a ocorrência de uma série de problemas como o tráfico de drogas e até mesmo de pessoas, entre outros.

Com a criação do bloco econômico do Mercosul, a partir de 1991, que fez parte de um novo modelo de integração para América Latina, antes impregnada de proteções comerciais, até hoje busca manter independência comercial frente aos demais blocos econômicos.

A criação do Mercosul trouxe uma maior aproximação entre os povos latino-americanos, facilitando as negociações entre o comércio de produtos, bem como serviços e produção entre os países que fazem parte do bloco, sem restrições alfandegárias e tarifárias à circulação de mercadorias.

Mas analisando as questões sociais que o Mercosul envolve, estas negociações também favoreceu a integração de maneira muito mais ampla entre esses países, conforme traz Almeida, 1998:

Para nós, o Mercosul não deverá ser apenas entendido como zona de livre comércio e união aduaneira com finalidade exclusiva em temas econômicos e comerciais; devemos entender Mercosul como forma de integração de fato, com ganhos recíprocos, ou seja, com desenvolvimento econômico e social de todos os países envolvidos (ALMEIDA, 1998).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região da Tríplice Fronteira abriga uma população superior a 500.000 pessoas, sendo que somente Foz do Iguaçu possuía 256.088 habitantes em 2010 e atualmente apresenta um número maior. Isso dá a Foz do Iguaçu muito mais do que o título de cidade turística devido às Cataratas do Iguaçu e Itaipu Binacional, é também um espaço de intensas disputas políticas, e um laboratório vivo de das mais variadas culturas, entre elas as culturas Paraguaia e argentina.

Foz do Iguaçu está localizada no extremo oeste do Paraná, na divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina. A cidade é centro turístico e econômico do oeste do Paraná e é um dos mais importantes destinos turísticos brasileiros. Com cerca de 260 mil habitantes, Foz do Iguaçu é caracterizada por sua diversidade cultural. São aproximadamente 80 nacionalidades, sendo que as mais representativas são oriundas do Líbano, China, Paraguai e Argentina. tem uma composição étnica muito variada e interessante, estimando-se hoje uma população de 263.508 habitantes.

Voltando para a questão da migração e os reflexos sociais que ela traz, é importante destacar que apesar de todas as semelhanças que Puerto Iguazu, Foz do Iguaçu e Ciudad del Este apresentam, muitas vezes os migrantes desses países, ao chegarem no país vizinho acabam sofrendo alguns entraves, como a burocracia na legalização de documentos pessoais, diplomas, regulamentação de trânsito,



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

cadastro no sistema único de saúde (no caso do Brasil), matrículas na escola e universidade, atendimento ao público de forma geral.

Além disso, esses migrantes muitas vezes ainda enfrentam diversas formas de rejeição por parte dos novos vizinhos, o que chamamos de xenofobia, causada principalmente pela ausência de políticas internacionais de migração.

Na visão de muitos cidadãos, inclusive do governo em algumas situações, a migração é um “problema” para o país receptor, e por esse motivo, na maioria das vezes, esses migrantes sofrem pela negligência de atendimento e dificuldade de acesso a serviços, dificultando a mobilidade humana, que seria um direito fundamental do ser humano, garantido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Na região de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, destacam-se ainda hoje a demanda dos países industrializados por mão-de-obra barata e sem qualificação, alimentação, construção civil, serviços domésticos, entre outros e cabe ressaltar que devido à falta de documentação e leis que protejam esses imigrantes, muitos deles acabam se obrigando a aceitar os chamados trabalhos sujos, perigosos e indesejáveis.

Muitos são os motivos levam os indivíduos a migrar de um país vizinho a outro, através de suas cidades mais próximas, na busca de melhores condições de vida. Entre eles destacam-se:

- A saúde - Na busca de atendimento mais humanizado, melhores equipamentos hospitalares, especialidades médicas que não são facilmente encontradas na cidade onde residem, valores mais baixos, etc;
- A segurança pública - em alguns casos, devido à violência vivenciada na cidade de origem, muitos indivíduos acabam buscando no país vizinho a segurança e o conforto para sua família;
- A educação – Partindo do pressuposto que a educação que seu país de origem oferece é de qualidade inferior à do país vizinho, muitas pessoas migram na busca de educação de qualidade, com cursos técnicos, universidade e até mesmo escolas de nível básico para seus filhos e para si;
- O emprego - Devido às altas taxas de desemprego da atualidade em muitos países, ao perceberem a chance de conquistar uma vaga de emprego no país vizinho, ou mesmo de abrir um comércio ou ainda de oferecer serviços, como é o caso de construtores paraguaios que migram para Foz do Iguaçu na intenção de trabalhar na construção civil;
- O comércio - Quando percebem que o custo de vida no país vizinho tem sido mais baixo que seu país de origem. Os alimentos, as roupas e calçados, o lazer e até mesmo os produtos farmacêuticos têm apresentado preços mais atraentes no país vizinho.

Como o mercado oscila o tempo todo e nenhuma das condições anteriores são permanentes, esses indivíduos também costumam voltar à seu país de origem com a mesma rapidez que migraram para o país vizinho e isso acaba por se tornar



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

uma prática constante, o que chamamos de “População Flutuante”, devido às dificuldades que estas famílias apresentam em fixar residência, manter a vaga de emprego, ter o filho frequentando a mesma escola ou na mesma cidade durante um tempo ou seja, não conseguem se fixar num mesmo lugar por muito tempo.

**POLÍTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM MUNICÍPIOS DE  
FRONTEIRA A PARTIR DA CF/1988 – QUESTÕES RECIPROCIDADE E  
DESENVOLVIMENTO**

Analisando a necessidade de oferecer escola pública com educação de qualidade para todos os alunos, independente da nacionalidade ou do idioma que fala, e percebendo que há falhas nesse direito constitucional, a partir da Constituição Federal de 1988, onde alunos oriundos de países vizinhos ao Brasil, mais precisamente em Foz do Iguaçu, tem sofrido com as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar relacionados a falta de adaptação curricular e pedagógica e as questões que envolve o bilinguismo e as questões culturais, entende-se que há uma forte necessidade de pesquisar profundamente essas e outras questões que envolvem Políticas Públicas voltadas à educação, especialmente no que se refere ao respeito a diversidade cultural e étnica e a interculturalidade, especialmente em regiões de fronteira com outros países, como é o caso de Foz do Iguaçu.

Há de se considerar que as regiões de fronteira por sua diversidade linguística e cultural são espaços importantes para pesquisas sobre pluralidade cultural e linguística, sendo as salas de aula, laboratórios vivos para estudo deste fenômeno. Para Silva (2008, p. 43), o multiculturalismo é entendido como a situação de convivência de grupos diferenciados culturalmente sob um mesmo território como ocorre em Foz do Iguaçu que faz divisa com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguassu (Argentina).

Nesse contexto, no que se refere às questões envolvendo Diversidade Cultural e Interculturalidade, assumimos a perspectiva da interculturalidade crítica e sublinhamos algumas de suas características. Essa posição promove a deliberada inter-relação entre diferentes sujeitos e grupos socioculturais de uma determinada sociedade e, neste sentido, situa-se em confronto com todas as visões diferencialistas, assim como com as perspectivas assimilacionistas. Por outro lado, rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais, concebendo-as em contínuo processo de construção, desestabilização e reconstrução que envolve as questões de poder.

Quando se fala de poder, as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, um governo, uma classe social dominante, o mestre frente ao escravo, etc. isto não é de nenhum modo aquilo que eu penso quando falo de relações de poder. Eu quero dizer que, nas relações humanas, qualquer que seja - que trate de comunicar verbalmente, como fazemo-lo agora, ou que trate-se de





*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

relações amorosas, institucionais ou econômicas -, o poder continua presente. (FOUCAULT apud MARINHO, 2008, p.141.).

A escola é o espaço de inclusão cidadã onde crianças, jovens e adultos precisam estar dispostos a iniciar um processo de aprendizagem, desde que compreendam a sua utilidade para melhor enfrentar problemas reais da sua vida pessoal cotidiana e profissional, pois são sensíveis a estímulos de natureza externa, por isso precisa estar atenta a diversidade linguístico-cultural e demais formas de diversidade.

As políticas educacionais precisam estar em harmonia com a configuração normativa da Constituição de 1988 que contou com a participação de vários atores que têm tecido as políticas educacionais: os poderes do Estado e os movimentos sociais que atuam no campo educacional. A principal fonte de implementação da educação nacional e das políticas que assim as definem é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), onde consta que:

Um dos desafios posto pela contemporaneidade às políticas educacionais é o de garantir, contextualizadamente, o direito humano universal, social inalienável à educação. Nessa perspectiva, torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso à educação e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, populações do campo, de diferentes orientações sexuais, sujeitos albergados, em situação de rua, em privação de liberdade, de todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas. (MEC, 2013, p. 07).

A educação para a reciprocidade prepara o indivíduo para que ele não haja como alguém que está sozinho no mundo, mas para o convívio em sociedade, sabendo que o pleno desenvolvimento político, social e econômico de qualquer sociedade só teria condições de acontecer se os membros dessa sociedade agirem de maneira recíproca, respeitando as diferenças, as dificuldades e as complicações dos demais membros da sociedade, e sabendo que a união, a valorização e a solidariedade certamente são fatores que contribuem para uma sociedade menos injusta e mais valorosa.

## **EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, A QUESTÃO DO COOPERATIVISMO, MODERNIDADE E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO**

Foz do Iguaçu está localizada no extremo oeste do Paraná, na divisa do Brasil com o Paraguai e a Argentina. A cidade é centro turístico e econômico do oeste do Paraná e é um dos mais importantes destinos turísticos brasileiros. Com cerca de 260 mil habitantes, Foz do Iguaçu é caracterizada por sua diversidade



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

cultural. São aproximadamente 80 nacionalidades, sendo que as mais representativas são oriundas do Líbano, China, Paraguai e Argentina. tem uma composição étnica muito variada e interessante, estimando-se hoje uma população de 263.508 habitantes.

A Secretaria Municipal da Educação de Foz do Iguaçu é responsável por 51 Escolas Municipais (1ºano ao 5º ano) e 32 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's - 0 a 5 anos) e em média 26.500 alunos/mês. E sobre o Programa Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira, apenas uma escola municipal faz parte desse projeto, sendo ela a Escola Municipal Adele Zanotto Scalco, situada na região do Porto Meira, próximo à fronteira com a Argentina e no país vizinho, a escola-piloto é a Escola Argentina Bilíngue nº 2.

É importante analisar que em Foz do Iguaçu, assim como no Brasil inteiro, nem todas as escolas participam do Programa Escolas Bilíngues de Fronteira - PEBF, o que acaba por limitar e minimizar as opções das pessoas que chegam do Paraguai e Argentina a fixar-se em um bairro apenas, do contrário, seus filhos não terão seu idioma oficial, muito menos seus dialetos, enfim seus elementos de linguagem escrita ou falada, nem mesmo sua cultura respeitados, pois a escola não conta com preparo didático e pedagógico para lidar com as questões de avaliação e outros fatores que envolvem o ensino e a aprendizagem em outro idioma a não ser a língua portuguesa. Como lembra Luce (1990):

“A integração é um processo essencialmente político e se concretiza mediante a cooperação e o estreitamento de laços entre os países. Promover a aproximação entre os países do MERCOSUL, principalmente desde a educação, pode oportunizar trocas de experiências educacionais, conhecimento mútuo e produção de novos saberes social e culturalmente significativos para os países envolvidos. Contudo, não basta falar em integração enquanto abstração; é preciso “ter clareza sobre quem se integra, para que se integra e no que se integra” (LUCE, 1990, p.263).

A escola acaba deixando na maioria das vezes com que o aluno se adapte naturalmente, forçando-o mesmo que sem intenção, a dominar nosso idioma por conta própria. Isso pode resultar em alta estima baixa por parte do aluno, que sente-se incompreendido e incapaz de aprender, podendo causar um estranhamento prejudicial a língua portuguesa e vergonha ou timidez em continuar utilizando no ambiente escolar sua língua materna. Esse estranhamento pode ocorrer também com professores e alunos criando barreiras que prejudicam a interação e a geração de círculos de amizade e dificultando os processos de Interculturalidade e automaticamente prejudicando o processo de ensino e aprendizagem.

Sobre as dificuldades que a Educação Intercultural encontra pelo caminho, entende-se que os princípios do Cooperativismo, através da aprendizagem cooperativa, podem melhorar a qualidade do ensino, de modo a enfrentar a diversidade de forma realista e a transformar o conflito numa vantagem. A educação intercultural é a forma ideal para concretizar este tipo de inovações, para além de



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

constituir um meio para melhorar o respeito pelos direitos humanos. São formas de transformar a escola no contexto ideal no qual é possível aprender a construir a cooperação, o respeito mútuo e a não-violência.

Incorporar novas formas de pensar e de atuar, de sentir e de conviver, incorporando novos valores, significa mudar a escola e a sociedade. E mais, significa mudar a nós mesmos. O sentido de mudança é muito poderoso, mas há que acreditar nele e construí-lo. Este é o discurso da cultura da diversidade e dos ideais Cooperativistas no que se refere a educação, onde a diferença não é um defeito e sim um valor.

O Interculturalismo é o paradigma da cooperação e da solidariedade, a escola precisa, portanto estar preparada para saber analisar e buscar formas de melhorar essa sociedade consumista, competitiva e não-solidária na qual estamos inseridos, chegando a uma sociedade cooperativa e solidária.

A escola pública, ao fazer sua a cultura da diversidade e ao abrir espaços para a participação das várias culturas na tomada de decisões, está contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana, menos discriminadora, mais democrática, mais solidária. A construção desses ambientes escolares com estruturas organizativas e metodológicas democráticas, respeitando as diferenças de cada pessoa, possibilitará ao aluno e ao professor uma nova visão de mundo, menos individual, mais cooperativo, ao introduzir-se novas preocupações como o pluralismo, a liberdade, a justiça, o respeito mútuo, a tolerância, a solidariedade.

Nesses processos de mediação destacamos, pela sua importância, a organização cooperativa da aprendizagem. Frente à organização individualista ou competitiva, o trabalho cooperativo possibilita uma melhora substancial nas relações. Esse processo de mediação educa para desenvolver modelos de pensamento formal (estruturas cognitivas). A mediação é uma ajuda permanente entre os contextos familiares e escolares, ao propor alternativas de trabalho para que tanto pais quanto alunos e professores aprendam a aprender. Através dessas estratégias cooperativas, o professor pode favorecer alguns dos processos de interação social, de modo singular no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos.

Cooperação, Cooperativas, Cooperativismo se referem ao trabalho conjunto de acordo com princípios fundamentais, que quem participa deve estar de acordo em cumpri-los. Definir os Princípios essenciais à Cooperação, não é um mero exercício acadêmico.

A Educação Cooperativista é um processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas, ensejando a auto capacidade para a geração de conhecimento e de poder, de viabilizar condições de progresso, formando um verdadeiro conjunto orgânico, onde as diferenças individuais são úteis para o desenvolvimento do próprio grupo.

Foram os Pioneiros que mais uma vez deram impulso no movimento cooperativo e para que a educação viesse a tornar-se um princípio cooperativo.



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

Provavelmente, ao darem tanta importância a este princípio, estava presente a influência de Robert Owen, que no final de sua vida concentrou-se na educação das pessoas, na formação do “novo homem”, para a formação do “Novo Mundo Moral” e com Fourier e o Falanstério, onde idealizava uma sociedade onde a igualdade de direitos seria muito melhor adaptada. Assim, como tantas outras teorias das doutrinas cooperativistas, das quais pode-se citar também P.C. Plockboy e John Bellers, com ideais de não-exploração, de não-opressão e de união que move a força maior de uma sociedade. (Mladenatz, 2003).

Polanyi (2000), no que se refere a organização política, social e econômica das sociedades, nos dá uma aula de como compreender a sociedade e os mais diversos problemas que nela ocorrem:

[...] A humanidade estava sob o guante, não de novas motivações, mas de novos mecanismos. Resumindo, a tensão surgiu da zona de mercado e daí se difundiu para a esfera política, compreendendo assim o todo da sociedade. Dentro das próprias nações, porém, a tensão continuava latente enquanto a economia mundial continuava a funcionar. Somente quando se dissolveu a última das suas instituições sobreviventes, padrão-ouro, foi que a expressão existente dentro das nações finalmente se liberou.

Os estudos sobre Cooperativismo, apesar de em grande parte se tratar de como superar crises financeiras e como produzir de maneira cooperada, faz com que percebamos que o grande lance, a grande tacada, o trunfo maior de qualquer sociedade é a união entre os povos, é o fortalecimento da sociedade através das pessoas que dela fazem parte, e isso é algo magnífico, pois nos leva a pensar que não se trata só de doutrinas ou pensamentos cooperativistas, de objetivos financeiros, e sim, que devem ser levados a todos os campos das mais diversas ciências, pois são aplicáveis a todo e qualquer grupo de pessoas, inclusive na escola, para a educação de pessoas que vivem em sociedade e precisam buscar formas de melhorar esse espaço social e humano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pesquisar sobre territorialidade e os modos de se viver, sobre as questões que envolve desigualdade social e migração é instigante e apresenta um valor imenso na minha formação como pesquisadora iniciante. Me leva a refletir de forma muito mais profunda sobre a importância que as políticas públicas apresentam e a falta que elas fazem, especialmente no que se refere à população menos favorecida.

Há muito o que se falar sobre as fronteiras e as dificuldades sociais, educacionais, entre tantos outros tipos de dificuldades enfrentadas pelos imigrantes. Pensando assim, minha intenção ao longo do artigo foi de registrar minhas impressões sobre a pobreza, a desigualdade social e como o cooperativismo



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

poderia influenciar positivamente a população, especialmente no que se refere à comunidade de imigrantes a partir da realidade vivenciada em Foz do Iguaçu.

Muitos são os teóricos que pesquisam sobre fronteira, outros vários pesquisam sobre o cooperativismo, mas não encontrei teorias que aliassem diretamente esses dois temas. Por isso, há intenção de continuar a pesquisa sobre o assunto, visto que as teorias cooperativas poderiam minimizar uma série de problemas relacionados aos imigrantes em região de fronteira.

O aprofundamento das pesquisas sobre território e territorialidade em contexto fronteiriço em consonância com a educação cooperativista possibilita a reflexão sobre os benefícios que o cooperativismo traria, inclusive para a economia e a organização social do município de Foz do Iguaçu.

Entender a realidade numa tríplice fronteira, percebendo que há peculiaridades em cada uma das cidades, sendo Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este e Puerto Iguazu, é antes de tudo, um desafio. Este desafio pode ser considerado como político, econômico, social, cultural, linguístico, entre tantos outros tipos de desafios.

Assim, o cooperativismo pode ser um elemento agregador, que visa superar os desafios de forma coletiva, facilitando os processos de adaptação territorial e vencendo as dificuldades vivenciadas pelos imigrantes em regiões de fronteira. É um elo importantíssimo que pode contribuir positivamente nas questões de integração, especialmente na área da educação escolar.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza Multidimensional No Brasil**. IPEA. Rio de Janeiro, 2006.

BOURDIEU, Pierre, *et al.* **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 747 p. ISBN: 9788532618184.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

GRUPO RETIS. **Estudos sobre Fronteiras**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

GUIMARÃES, L; GIOVANELLA, L. **Processo de integração regional no MERCOSUL e as repercussões nos sistemas de saúde de cidades fronteiriças**. Santiago, Chile, Outubro, 2005.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. **A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano**. In: CIMADAMORE, Alberto e CATTANI, Antonio. *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.





*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 3. São Paulo: Bertrand, 1988

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Comissão de Especialistas. **Anteprojeto de lei de migrações e promoção dos direitos dos migrantes no Brasil**. Brasília: Comissão de Especialistas do Ministério da Justiça, 2014.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Território sem limites: Estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2005.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. [http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/operations/about\\_undp.html](http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/operations/about_undp.html). Acesso em 03 de janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Perfil da População de Foz do Iguaçu em função das Regiões e Quantitativo Populacional**, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. L&PM, 2008.

SEN, Amartya. **Inequality reexamined**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

WEBER, Max. **Classe, estamento, partido**. In: Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. LUCE, Maria Beatriz. Situação Educacional na Região do Mercosul. Porto Alegre, UFRGS, Instituto Goethe, ICBA, 1990.

MARINHO, Ernandes Reis. As relações de poder segundo Michel Foucault. **ERevista Facitec**, v. 2, n. 2, art.2, dez. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento Conferência Nacional de Educação 2010**. Documento Referência. Brasília, 2009

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica Departamento de Educação Infantil e do Ensino Fundamental Coordenação de Política de Formação. **Programa Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira – PEBF**. 2005.

MLADENATZ, Gromoslav. **História das Doutrinas Cooperativistas**. Confebras. Brasília, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000

RAFFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. Prefácio. In: OLIVEIRA, Tito C. M de. (org.) **Território sem limites**. Campo Grande : UFMS, 2005, p. 9-15.

Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 16/01/2019